



SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
XXVIII SIC

paz no plural



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2016: SIC - XXVIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2016
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Coparentalidade aos três meses de vida do bebê
<b>Autor</b>	VITÓRIA SANTOS ARENHART
<b>Orientador</b>	CESAR AUGUSTO PICCININI

**Título: Coparentalidade aos três meses de vida do bebê**

**Autora: Vitória Santos Arenhart / Professor Orientador: Cesar Augusto Piccinini**

**Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**

Conforme a teoria sistêmica, o sistema familiar é composto por subsistemas, definidos com base na vinculação e no tipo de relacionamento estabelecido entre os membros da família (Minuchin, 1982). Dentre os subsistemas, destaca-se o coparental, que envolve uma criança e dois cuidadores, pelo menos (Doss et al., 2014). Para Feinberg (2003), a coparentalidade diz respeito ao modo como as figuras parentais coordenam e se apoiam no processo de cuidar e de educar os filhos. O conceito de coparentalidade é composto por quatro dimensões: *acordo quanto aos cuidados da criança; divisão de trabalho parental; apoio versus depreciação coparental; e gerenciamento das interações familiares*. Diferentes autores referem a relevância da coparentalidade para a compreensão do desenvolvimento individual e familiar (Böing, 2014; Lamela et al., 2010). A relação coparental sofre transformações ao longo do tempo, sendo que seu principal foco nos primeiros meses de vida do bebê é a oferta dos cuidados necessários para mantê-lo seguro (Christopher, et al., 2015). Entretanto, grande parte das pesquisas sobre o tema tem sido realizada no pós-divórcio, envolvendo crianças maiores (Maršanić & Kušmić, 2013). Portanto, ressalta-se a relevância de investigar a coparentalidade em famílias com pais que coabitam, durante os primeiros meses de vida do bebê. Neste sentido, o objetivo deste estudo é investigar a coparentalidade aos três meses de vida do bebê. Participaram 26 famílias nucleares e primíparas, selecionadas dentre os integrantes do projeto “*Estudo Longitudinal de Porto Alegre: Da Gestação à Escola, 1998-2012/ELPA*” (Piccinini et al., 1998), que teve por objetivo investigar os aspectos subjetivos e comportamentais das interações pai-mãe-bebê, assim como as atividades diárias da criança em seus contextos habituais, o comportamento social de crianças pré-escolares e sua transição para a escola de ensino fundamental. O ELPA envolveu diversas fases de coleta de dados, mas para fins do presente estudo, foram utilizados apenas dados coletados na gestação através da *Entrevista de dados demográficos do casal* (GIDEP, 1998) e no 3º mês após o nascimento, através da *Entrevista sobre a experiência da maternidade e o desenvolvimento do bebê no primeiro trimestre* (GIDEP, 1999a) e da *Entrevista sobre a experiência da paternidade e o desenvolvimento do bebê no primeiro trimestre* (GIDEP, 1999b). As respostas foram examinadas por análise de conteúdo qualitativa (Laville & Dionne, 1999), com base nas quatro dimensões da coparentalidade. Para a maioria dos participantes, evidenciaram-se bons níveis de acordo quanto aos cuidados, uma vez que mãe e pai pareceram concordar sobre questões relativas às necessidades emocionais e de segurança do bebê. É possível pensar que as discordâncias podem ocorrer com o passar do tempo, à medida que o foco da relação coparental se torna mais orientado à socialização da criança (Christopher et al., 2015). No que diz respeito à divisão de trabalho parental, constatou-se que a maior parte dos cuidados do bebê e das tarefas domésticas estava sob a responsabilidade da mãe, que ainda se encontrava em licença-maternidade. Contudo, em alguns casos, identificou-se queixa de sobrecarga materna e redução da satisfação da mulher com o relacionamento familiar, o que corrobora a literatura (Yavorsky et al., 2015). Por outro lado, foram evidenciadas situações em que o pai demonstrava querer se envolver nos cuidados do bebê, mas não parecia incentivado pela mãe. Segundo Schoppe-Sullivan e Mangelsdorf (2013), crenças maternas mais tradicionais sobre papéis de gênero podem estar associadas ao menor encorajamento, pela mãe, do envolvimento do pai. Essa situação se relacionaria à depreciação coparental, o que pareceu ocorrer em poucas famílias, à medida que na maior parte delas mãe e pai demonstraram apoiar, valorizar, bem como reconhecer a importância e a competência do outro genitor no papel parental. O gerenciamento das interações familiares pareceu marcado pela utilização de estratégias construtivas de resolução de conflitos para muitos participantes. Analisados em conjunto, os resultados sugerem a presença de uma relação coparental adequada aos três meses do bebê.